

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *Para se achar facilmente o que se busca*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, ISBN: 978 – 989 – 658 – 288 – 3, 404 pp.

A história da cultura e das mentalidades e, dentro desta, a história do livro e da leitura, são áreas científicas cujo aparecimento e desenvolvimento são relativamente recentes. Neste âmbito temos vindo a verificar durante as últimas décadas um interesse crescente pelo estudo das livrarias conventuais nas suas diversas e multidisciplinares abordagens. Felizmente, existe um número apreciável de catálogos, índices e inventários – conservados na sua grande maioria na Biblioteca Nacional de Portugal e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – que fornecem aos investigadores interessados uma base documental segura para avançarem na pesquisa de conhecimentos mais aprofundados em torno da estrutura, composição, organização e conteúdos destes espólios documentais, que constituem preciosos testemunhos históricos de um património cultural que, muito provavelmente constituiu à época a maior rede de bibliotecas do país.

A obra que é objeto desta recensão surge, com efeito, no contexto deste interesse crescente pelas livrarias conventuais, situando-se, mais concretamente, no âmbito da biblioteconomia, beneficiando da longa experiência da autora o que, à partida, garante um trabalho merecedor de toda credibilidade. Numa apreciação global, a estrutura da obra poderá parecer algo confusa devido, em parte, a uma organização, no nosso entender, menos eficaz dos cinco capítulos que a integram. Este facto tem como consequência alguma falta de consistência na coesão da obra no seu conjunto. Outro aspeto que o leitor deverá ter em conta no momento de abordar a leitura desta meritória obra prende-se com a existência de objetivos múltiplos, interrelacionados, cujo ponto de convergência reside nos aspetos relacionados com os paradigmas de organização das bibliotecas conventuais portuguesas no estado em que se encontravam no século XVIII, como veremos seguidamente.

Servindo-se de uma base documental comum – catálogos e índices de livrarias monásticas –, Fernanda Campos não terá pretendido realizar um estudo exaustivo e conclusivo do conteúdo destes manuscritos – o que seria uma tarefa de proporções gigantescas – mas, antes, explorar novos caminhos de investigação na tentativa de reconstituir «aspetos possíveis do quotidiano» (p. 324) das livrarias monásticas portuguesas, como a própria autora refere. Neste sentido, a obra, dividida em cinco capítulos, concentra a atenção em três aspetos fundamentais, que enumeramos por ordem de importância, e não na sequência em que aparecem nos capítulos: os paradigmas de organização presentes (ou não) nos catálogos conventuais; a análise quantitativa do conteúdo dos mesmos; as marcas de posse e uso dos livros, partindo dos exemplares conservados na Biblioteca Nacional de Portugal.

Antes de prosseguir gostaríamos de chamar a atenção para um aspeto relacionado com a terminologia utilizada pela autora para referir-se às livrarias conventuais: «bibliotecas religiosas». Considerando que «biblioteca religiosa» tanto pode fazer referência a um espólio bibliográfico monástico como a uma biblioteca privada pertencente a um leigo, e que por «religiosa» se alude a um conteúdo eminentemente devoto, mas não necessariamente teológico, consideramos que teria sido mais exato utilizar numa obra deste teor o termo «livraria conventual», por designar com mais rigor ao ambiente e ao conteúdo dos seus proprietários/usuários.

O capítulo IV é inteiramente dedicado aos aspetos relacionados com os paradigmas de organização dos saberes e os esquemas de classificação praticados durante o século XVIII, uma época que representa o início da estabilização dos sistemas organizacionais, como resultado de um longo processo de evolução – com sucessivas tentativas mais ou menos bem-sucedidas cujos antecedentes mais longínquos remontam à Biblioteca de Alexandria. Uma época, também, em que o critério que vai definir uma biblioteca é a ordem, isto é, «a situação ideal em que classificação e arrumação estão em correlação» (p. 150).

Com o intuito de apurar em que medida estes esquemas eram praticados (ou não) na organização das livrarias conventuais portuguesas, Fernanda Campos realizou uma abordagem comparativa baseada num estudo de casos, em que são considerados cinco espólios bibliográficos correspondentes a outras tantas instituições religiosas: a livraria pública de um colégio jesuíta (não identificada), a biblioteca do Mosteiro de Alcobaça (O. Cister), a Biblioteca do Convento de São Bento de Xabregas, Lisboa (C.S.S.J.E.), a livraria do Convento de Santo Agostinho, Santarém (O.E.S.A.) e a livraria do Convento de Sto. António do Varatojo, Torres Vedras (OFM). Neste contexto, a autora chama a atenção para a livraria do Convento do Varatojo, onde a Teologia aparece, de forma inusitada, em último lugar na tabela de organização das áreas do saber, a par da Apologética. Na opinião da autora, a escolha da distribuição das matérias e a maior ou menor especificidade dos temas estariam determinados pela dimensão do espólio e pela conveniência do espaço (p. 184).

A segunda parte deste extenso capítulo aborda a análise de um conjunto de catálogos/índices elaborados para uso interno das próprias bibliotecas, como ferramentas de apoio facilitadoras da gestão dos respetivos espólios. O corpus de estudo é composto pelo Índice do Mosteiro de São Bento da Saúde, Lisboa (O.S.B.), a Biblioteca Agostiniana do Convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa (O.E.S.A.), o Index Geral da Biblioteca do Convento de S. Francisco de Xabregas, também em Lisboa (O.F.M.) e o Catalogus da Biblioteca do Mosteiro de Sta. Maria de Belém, igualmente em Lisboa (O.S.H.).

A última parte do capítulo resulta particularmente interessante, porque nos desvenda algumas das advertências e conselhos deixados pelos respetivos bibliotecários, quer na forma de notas marginais quer inseridas na primeira página do índice, ou ainda sob

a forma de conselhos pormenorizadamente discriminados e antecedendo a classificação alfabética. O objetivo principal destas anotações era elucidar os sucessivos bibliotecários quanto ao esquema de organização adotado, de modo a poderem conservar a ordem e dar-lhe continuidade aquando da entrada de novas espécies. Por outro lado, as advertências tinham também uma intenção orientadora, no sentido de facilitar aos usuários da biblioteca a localização dos títulos pretendidos.

Os índices escolhidos por Fernanda Campos, provavelmente por serem aqueles que apresentam um maior número de advertências, são o Index do Convento de São Bento de Xabregas, Lisboa (C.S.S.J.E.), o Catálogo do Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa (C.R.S.A.) e o Índice da Biblioteca do Mosteiro de Alcobaça (O. Cister). Neste último caso, o documento utilizado corresponde ao mais recente dos índices desta biblioteca, elaborado em 1800 – 1801 por Fr. José Caldeira, em dois grossos volumes. Representa um caso bastante singular, na medida em que se trata de um índice produzido a partir do aproveitamento de um catálogo anterior e cuja paulatina atualização tinha o intuito de servir como rascunho de uma futura versão final limpa.

As notas e advertências do bibliotecário cisterciense revelam um espírito extremamente minucioso, preocupado na mesma medida com aspetos gerais e com outros de (aparente) menor importância. Exemplo disso é o cuidado que revela na aplicação da ordem alfabética, determinando a observância da combinação de todas as letras das primeiras palavras, de modo a «se achar facilmente o q. se busca» (pp. 225 – 226). Percebe-se aqui o mote que inspirou a escolha do título que Fernanda Campos deu ao seu trabalho. Outras considerações apontadas por Fr. José Caldeira prendem-se, citando alguns dos exemplos mais apelativos, com a necessidade de incluir no catálogo um resumo de cada uma das obras ou a recomendação de não traduzir os títulos das obras estrangeiras, redigindo a cópia do índice em «tantas línguas quantas forem as dos livros q. houver na livraria» (p. 226). Constitui este um caso isolado no conjunto dos índices e catálogos analisados pela autora, como ela própria constata.

O segundo aspeto em ordem de importância que referimos acima é desenvolvido no capítulo II, onde são submetidos a análise quantitativa 61 catálogos pombalinos, de diversas ordens religiosas, 13 dos quais pertencentes a conventos femininos. A investigadora pretende, desta forma, obter uma visão mais abrangente do estado das livrarias conventuais portuguesas numa sincronia, 1769, altura em que todos os possuidores de livros – incluídas as instituições religiosas – foram instados a remeter os respetivos catálogos à Real Mesa Censória, dando cumprimento ao que estabelecia o Edital promulgado em 10 de julho do mesmo ano. A partir deste corpus documental, constituído por manuscritos conservados na Biblioteca Nacional de Portugal e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a autora realiza uma análise quantitativa e estatística, cujas conclusões são apresentadas em diversas

tabelas, permitindo apreciar mais claramente a magnitude dos espólios bibliográficos, quer de forma individual (por conventos) quer coletiva (por ordem religiosa e no cômputo global do corpus selecionado).

A Ordem mais representada é a dos Frades Menores (O.F.M), com 16 catálogos, seguida da Ordem dos Carmelitas Descalços (O.C.D.), com 7 catálogos e a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (O.E.S.A.) com 5 catálogos. No que diz respeito ao número de títulos contidos nas respetivas livrarias, a disposição surge em sentido inversamente proporcional, sendo a O.E.S.A. a ocupar o primeiro lugar, com 12936 títulos, seguida da O.C.D., com 6692 e a curta distância a O.F.M. com 6558 títulos discriminados nos respetivos catálogos. Devemos salientar que a autora refere sempre o número de títulos e não de espécies, caso em que, a existência de títulos repetidos e de obras impressas em vários volumes, aumentaria o cômputo numa percentagem expressiva.

Curiosamente, também fazem parte deste corpus documental dois catálogos pré – pombalinos pertencentes a dois colégios jesuítas – extintos, como se sabe, em 1759 – cujos livros ainda se encontravam nos respetivos locais «debaixo de arrecadação e sequestro» (p. 71). Com esta opção, a investigadora consegue uma perspetiva ainda mais abrangente, no entanto, não podemos deixar de interrogar-nos sobre a pertinência da mesma, tendo em conta as especificidades da Companhia de Jesus. De modo geral, importa ter em consideração o carácter dinâmico e acumulativo da biblioteca como entidade, para compreender a mecânica de formação dos espólios conventuais plasmados nos catálogos, como o culminar de processos que, em muitos casos – veja-se o do Mosteiro de Alcobaça, para citar o exemplo mais flagrante – decorreram durante vários séculos.

O terceiro tema desenvolvido na obra aqui em análise, estreitamente relacionado com os anteriores, será provavelmente aquele que despertará maior interesse no leitor por tratar-se, por um lado, de uma área que até ao momento tem sido pouco explorada e, por outro, pela abertura de novos caminhos para futuras pesquisas. As marcas de posse e uso existentes nos exemplares provenientes de diversas livrarias conventuais – conservados atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal – constituem o ponto central dos capítulos III e V.

O capítulo III é uma tentativa de desvendar formas possíveis de proveniência e aquisição dos livros, partindo da informação contida nos exemplares analisados. São identificadas marcas na sua maioria manuscritas (88,5%), ilustradas com inúmeros exemplos ao longo de todo o capítulo, reveladoras da identidade dos seus sucessivos proprietários, coletivos ou privados. Neste sentido, a investigadora chama a atenção (p. 102) para a importância dos estudos na área das proveniências, cuja multiplicação no âmbito das instituições patrimoniais está relacionada com a «inerência própria do trabalho de catalogador» (p. 102). Um trabalho que consiste, entre outras tarefas, em registar na descrição bibliográfica a informação relativa aos vestígios de antigos possuidores.

No capítulo V estes vestígios de propriedade são analisados com maior atenção, de forma a tentar perfilar algumas modalidades de uso do livro dentro dos próprios conventos. Para tal, a autora estabelece a distinção, muito útil, entre os livros destinados ao uso da comunidade e os destinados ao uso pessoal dos religiosos e religiosas, diferenciação, esta última, que nos parece muito pertinente e necessária. As notas marginais também são objeto de atenção como «sinais de sensibilidade e traços de vida material», vestígios que aparecem, sobretudo, nos livros que estiveram na posse de religiosas, sugerindo o «tipo de relação que estabelecem com o objeto de leitura» (p. 321).

*Para se Achar Facilmente o que se Busca* representa um contributo muito válido nos estudos sobre a história do livro em Portugal. Por um lado, porque valoriza um património cultural partilhado por muitas instituições, o que lhe confere um carácter nacional, como herança do passado, que urge preservar, estudar e divulgar no presente, e sobre o qual ainda muito pouco se sabe. Por outro lado, porque as fronteiras desta área de conhecimento são ambiciosas, como refere Artur Anselmo – citado pela autora na última página da obra –, o que poderá servir de estímulo aos investigadores para procurarem o apoio da interdisciplinaridade, beneficiando dos contributos que as várias Ciências Sociais e Humanas podem das a estes estudos.

**Rosa Maria Sánchez**

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CITCEM)

rosabx@gmail.com